SOCIÓLOGOS DA FURB AVALIAM PROCESSO ELEITORAL NA UNIVERSIDADE + LIBERDADE DE EXPRESSÃO E RÁDIOS COMUNITÁRIAS + ANÁLISE POLÍTICA E ECONÔMICA PELA REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO + NAS RUAS, NOS SINDICATOS E NA JUSTIÇA, TRABALHADORES LUTAM E CONQUISTAM MELHORIAS

Expressão Universitária

Uma publicação do Sindicato dos Servidores Públicos do Ensino Superior de Blumenau

Ano 2 Número 14 Outubro.2010

www.sinsepes.org.br

Cidadania em Debate volta ao ar na FurbTV

Após dois anos de ausência, programa do SINSEPES retorna com o objetivo de dar mais voz aos trabalhadores na programação local

Gravado nos estúdios da emissora, programa vai ao ar todas as segundas-feiras, às 22h, promovendo a discussão de temas de interesse da comunidade regional *(Foto: Leo Laps)*

Editorial

O mês de setembro de 2010 marcou a consolidação da democracia interna na Furb, através do processo de eleição dos novos reitor e vice reitora, professores João Natel e Griseldes Boos, respectivamente. Diferentemente das eleições anteriores, as regras foram mais democráticas, valorizando os votos de servidores e estudantes, tornando a escolha mais equilibrada com relação às anteriores categorias de votação. Neste pleito, servidores tiveram peso 80% nos votos da consulta prévia, enquanto estudantes, 20% (anteriormente técnicos e docentes votavam em separado, com 15% e 70% respectivamente, e estudantes tinham apenas 15% do peso dos votos). Natel, professor do Departamento de Medicina, e Griseldes, do Departamento de Engenharia Química, reeditam a composição entre os Centros de Ciências da Saúde e Tecnológicas (composição da atual administração e também da chapa que representava a situação), porém pela primeira vez a Furb terá reitor oriundo do CCS.

Ao apontar à diretoria do Sinsepes a necessidade de uma postura de negociação, porém sem deixar de ser combativa e defensora irrestrita dos direitos adquiridos, os trabalhadores demonstraram ser possível avançar nas pautas sindicais, ser responsável para com a instituição e exigir o respeito devido dos administradores

Posição sindical

Durante a campanha, o Sinsepes manteve a posição de acompanhar o processo eleitoral, zelar pelo seu regulamento, pelo respeito no Consuni ao resultado da consulta prévia e não lançar apoio institucional a nenhuma das candidaturas. Este posicionamento permitiu aos diretores participarem dos debates de forma neutra, além de propiciar à comunidade conhecimento das posições dos candidatos através de entrevistas publicadas no *Expressão Universitária* de agosto deste ano. Conforme compromisso assumido durante o primeiro turno, os candidatos não eleitos em consulta prévia retiraram suas candidaturas antes da votação pelo Conselho Universitário, culminando com a ratificação do resultado em votação aberta, posição defendida pelos representantes dos trabalhadores desde a definição das regras. Assim, o Sinsepes parabeniza os professores eleitos, Natel e Griseldes, bem como as demais chapas, formadas por Valmor Schioche/Ralf Ehmke e Romero Fenili/Marcelo Vitorino, pela campanha e conduta democrática demonstrada.

Recado das urnas

O resultado do processo eleitoral demonstrou, no primeiro turno, a insatisfação da comunidade universitária com a atual gestão da Furb, deixando de fora do segundo turno a candidatura situacionista e conduzindo as duas candidaturas de oposição. O desejo de mudanças ficou evidente e foi enaltecido pelos candidatos no segundo turno, através de propostas de gestão que incluem a aproximação e valorização das pessoas e aspecto humano com centralidade na construção da Universidade. Em paralelo à eleição de reitoria, também foi completada a composição do novo Conselho Universitário, com a posse dos conselheiros eleitos pelos servidores. A nova composição, mais equilibrada entre as representações que compõe o Consuni, já fez demonstrar nas últimas sessões a disposição de maior discussão dos temas e de abordagem mais profunda das pautas, tendendo a significar a tomada de decisões de melhor qualidade. Com a posse dos novos administradores, é também fundamental que seja respeitada a manutenção da distribuição das forças, ou seja, que representantes da reitoria ocupem apenas as vagas de indicação da reitoria, que representantes das entidades ocupem somente as vagas de indicação pelas entidades e que representantes eleitos sejam independentes e representem a categoria que os elegeu.

Análise do Sinsepes

Para a representação sindical foi importante o recado dado pela comunidade universitária. O resultado representou o reconhecimento da situação da universidade e da atuação sindical ao longo de todo o período. O claro desejo de mudança aponta que a condução dos processos pelo Sinsepes foi consonante com a posição dos trabalhadores. As conquistas da categoria quanto aos itens da pauta de reivindicações, somadas às dos processos relativos à Ação Civil Pública e de composição da legislação que regulamenta a Furb, demonstraram eficácia na conduta apontada pelos trabalhadores. Ao apontar à diretoria do Sinsepes a necessidade de uma postura de negociação, porém sem deixar de ser combativa e defensora irrestrita dos direitos adquiridos, os trabalhadores demonstraram ser possível avançar nas pautas sindicais, ser responsável para com a instituição e exigir o respeito devido dos administradores. Esta é a postura que manterá a diretoria do Sinsepes frente à nova equipe que assume a gestão da Furb. Consideramos a abertura e estabelecimento de diálogo e negociações francas, fundamental para enfrentar a difícil situação em que se encontra a Universidade. Cobraremos da administração os compromissos assumidos durante a campanha, com ênfase na pauta de reivindicações aprovada em assembleia, mas sem esquecer do cumprimento de todas as propostas feitas aos trabalhadores e à comunidade durante a campanha. A reposição salarial, a restituição das condições de trabalho, a melhoria do clima institucional e a retomada dos investimentos em diversas áreas, são fundamentais para retomar a plena condição universitária da Furb. Essa é a expectativa da direção sindical e do conjunto dos trabalhadores.

cartas

Desabrigados

Li a matéria do jornalista Leo Laps sobre os 160 anos de Blumenau e o direito à moradia, no jornal *Expressão Universitária* de setembro. Gostei muito. A impressão que se tem é de que os blumenauenses esqueceram da catástrofe de 2008 e vão vivendo suas vidas como se estivesse tudo numa boa.

E agora vem a Oktober. Tudo é festa. Menos para essas famílias.

Tentei me colocar no lugar dessas pessoas, que precisam dividir banheiros e cozinhas com outras famílias, sem contar a privacidade de marido e mulher perdida, dos filhos, de outros parentes. Matéria esclarecedora!

Luiz Cláudio Altenburg
Historiador

Charge Charles Steuck

Fiquei satisfeito e apreensivo com a charge publicada no *Expressão Universitária* de setembro, quando fizeram referência aos aniversários da fundação de Blumenau e da Civilização Xokleng. A charge é muito interessante na medida em que denuncia de forma cabal a maneira tirana e atroz com que fomos capazes de impedir o desenvolvimento de um patrimônio da humanidade, que é a cultura e tradição milenar do povo Xokleng/Laklãnõ.

No dia 19 de setembro ocorreu, na terra indígena Laklãnõ em José Boiteux, uma concentração para refletir e debater o significado do dia 22 de setembro, que rememora o ano de 1914, quando foi anunciada a "Pacificação" dos indígenas catarinenses e o marco desse encontro se deve ao fato de que a comemoração foi, não para o "dia da Pacificação", mas para o "dia do Silenciamento". Foi marcante a movimentação em torno do tema Silenciamento, seguido de perdão, já que a história se carrega por condenar os crimes abomináveis cometidos contra esse povo por parte do "pacificador" Eduardo, madeireiros, bugreiros e autoridades estatais. O perdão foi expresso como reconhecimento de que a história condena os criminosos e cabe ao povo revitalizar sua língua e sua cultura.

Como ecos desse evento, destaco que silenciar é: fazer esquecer, fazer o que o outro quer e fazer prevalecer o interesse de quem tem poder. O indígena não foi pacificado, foi silenciado, mas continua amoroso e firme em suas tradições que contemplam a sensibilização e os sentimentos e não a certeza e os sentidos que caracterizam o contexto dos não-índios.

Ernesto Jacob Keim
Professor Doutor

Expressão Universitária é uma publicação do Sindicato dos Servidores Públicos do Ensino Superior de Blumenau. **Jornalista responsável**: Leo Laps (01989JP-DRT/SC).
Projeto gráfico, diagramação, editoração e edição: Leo Laps. **Tiragem**: 4.000 cópias. **Gráfica**: Grupo Paulo Pimentel (Curitiba).
Endereço: Campus I da FURB (Rua Antônio da Veiga, 140 - Victor Konder - Blumenau - SC - CEP 89012-900
Telefone: 47 3321-0400 ou 47 3340-1477 **E-mail**: sinsepes@sinsepes.org.br.
As matérias assinadas são de responsabilidade dos seus autores.

RECICLE! NÃO SUJE A CIDADE!

Presidente: Tulio Vidor **Vice-presidente**: Ricardo Machado **Secretário-geral**: Joni Júlio Evaristo **Tesoureiro**: Luiz Heinzen
1° Tesoureiro: Luiz Donizete Mafra **Diretor Jurídico**: Glauco A. Espíndola **Diretora de Cultura**: Mariana Freitas **Diretor de Comunicação:** Carlos Alberto Silva
Conselho Fiscal: Simone Wagner Rios Largura, Rita de Cassia Marqui e Décio Zendron (titulares), Rubia Carla Ribeiro e Natacha Juli Georg (suplentes)

Uma das novidades é o cenário do programa, feito pelo artista Alexandre Chamba, representando a universidade, o trabalhador e o município de Blumenau. Na foto, a professora Beatriz Mamigonian, da UFSC, é entrevistada pelo professor Carlos Alberto Silva para o programa do dia 25 de outubro *(Fotos: Leo Laps)*

Após mais de dois anos fora da grade da emissora, programa do sindicato vai discutir assuntos do cotidiano do trabalhador

Cidadania em Debate **está de volta** à FurbTV

Todas as segundas, às 22h
Os programas também estarão disponíveis na página do sindicato na internet: www.sinsepes.org.br

O programa Cidadania em Debate retorna à grade da FurbTV segunda-feira, 11 de outubro, a partir das 22h, com algumas mudanças e muitas propostas. A volta ocorre depois de mais de dois anos, quando uma vez por semana diversos assuntos de interesse dos servidores e da comunidade em geral eram colocados em discussão.

Assim como no programa que era vinculado até abril de 2008 pela antiga diretoria, os assuntos do cotidiano do trabalhador estarão sempre em pauta, porém com uma abordagem diferenciada. Além de buscar um foco novo para temas em constante discussão, com a formulação de enquetes e reportagens externas, outra diferença neste retorno fica por conta do visual. O cenário ganha uma mesa em que ficam o apresentador e os convidados, além do fundo em tom verde claro e um trabalho de grafite do artista Alexandre Chamba, com imagens representando a universidade, o trabalhador e a cidade de Blumenau.

Os diretores do Sindicato dos Servidores Públicos do Ensino Superior de Blumenau (Sinsepes) concordaram que o programa deve ter um apresentador fixo e um coordenador responsável pelo Cidadania em Debate. E assim o diretor de Comunicação e Jornalismo, Carlos Alberto Silva, assume estas duas responsabilidades. A incumbência começou com o esboço do que deveria ser levado ao ar tão logo tudo estivesse definido. O programa conta ainda com o jornalista do Sinsepes, Leo Laps, que fica responsável pela produção, auxiliando na elaboração das pautas e também nas reportagens externas. O estudante do curso de Publicidade e Propaganda da Furb, Wilsonir Antunes Maiochi, contratado como estagiário, participa da edição e do trabalho de câmera externa. O restante da equipe é formado pelos profissionais da FurbTV.

Os três primeiros programas já estão, inclusive, prontos. A reestreia terá como convidados o presidente do Sindicato dos Bancários de Blumenau, Leandro Spezia, e o presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Transporte Coletivo de Blumenau, Ari Germer, para debater sobre o futuro do sindicalismo.

No programa do dia 18 de outubro o tema será saúde do trabalhador com a presença do coordenador do Centro de Referencia em Saúde do Trabalhador (Cerest), Francisco Giuberto de Brito, e o presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil, Alberto Francisco Pereira. Eles falam sobre acidente nas empresas e em canteiros de obras e as ações fiscalizadoras para reduzir os índices apresentados atualmente.

Já o Cidadania do dia 25 conta com a participação da professora do curso de História da Universidade Federal de Santa Catarina, Beatriz Gallotti Mamigonian, que fala sobre os africanos no estado catarinense em fins do século 17. Também aborda a questão do Brasil escravocrata e o trabalho análogo ao escravo que em pleno período contemporâneo são denunciados em algumas regiões do país. O programa terá duração de meia-hora e estará aberto às sugestões de pauta através do e-mail sinsepes@sinsepes.org.br.

As eleições **na Furb**

Após a vitória de João Natel e Griseldes Boos sobre Valmor Schiochet e Ralf Ehmke no segundo turno, o jornal *Expressão Universitária* abre espaço para uma avaliação do processo por membros das duas chapas concorrentes

Ensinamentos da eleição

Por **Jorge Gustavo Barbosa de Oliveira**, *professor de Política Mundial (Curso de Ciências Sociais) da Furb*

O histórico das eleições que definem os representantes e constituem as autoridades mandatadas para administrar a nossa Universidade, por quatro anos, cumpriu mais um ciclo. Em 2010, passados 12 anos, tivemos novamente segundo turno, o que indica o quão disputado foi o presente pleito. A chapa denominada Mais Furb, composta pelos professores João Natel Pollonio Machado e Griseldes Fredel Boos, de acordo com as disposições do Regimento Eleitoral, sagrou-se a legítima vencedora.

Importa-nos refletir sobre esta eleição na perspectiva de futuro, visando aperfeiçoar tão importante processo: o de escolha dos nossos máximos dirigentes. A seguir, apresentamos algumas questões que, a nosso ver, merecem debate e, possivelmente, redefinições.

A primeira refere-se à contribuição que os estudantes dão à Universidade e à centralidade de que são merecedores, quer pela natureza da Instituição, quer pela dimensão deste segmento, mas que não se vêem refletir quando o assunto é a política universitária. Em termos de direitos, a unificação dos servidores em uma só categoria foi a mais relevante conquista obtida neste pleito, mas o peso dos estudantes na proporcionalidade eleitoral segue francamente aviltante, face à importância deste segmento para a vida da Instituição. Os vinte por cento que lhe são atribuídos não dignificam a democracia que, com muita luta, por gerações, vimos construindo. É crucial reconhecermos institucionalmente o peso dos estudantes na vida da Universidade, traduzindo-o em coeficiente eleitoral, sob pena de enfraquecermos os nossos próprios processos políticos, pelo alheamento da grande maioria da comunidade acadêmica.

Ainda com referência a este segmento, se é certo que a concentração das urnas, em um só local em cada *campus*, facilitou o trabalho da Comissão Eleitoral - que se houve bem, apesar das dificuldades enfrentadas -, por outro lado, dificultou aos estudantes o exercício do seu direito, seja pela desorientação gerada sobre onde votar, seja pelos deslocamentos exigidos para fazê-lo. Será desejável, em próxima oportunidade, que se crie um serviço oficial de transporte *intercampi*, acompanhado de melhor sistema de informação, e/ou volte-se ao antigo sistema de alocação de urnas segundo os centros.

Finalmente, mas não menos importante, a experiência mostrou-nos a conveniência de encetarmos uma outra discussão, potencialmente mais polêmica, que é o financiamento público das eleições. Como acontece em nível nacional e internacional, onde se discutem formas de controlar, e mesmo reduzir, a influência do poder econômico nas campanhas eleitorais, a importância da FURB para a sociedade regional também sugere medidas semelhantes. É desejável a maior participação da comunidade externa nos assuntos da Universidade, em cumprimento do seu desígnio, mas também no acautelar dos seus próprios interesses. Principalmente no que se refere às eleições, esta será tanto mais legítima e qualificada quanto for a participação da cidadania, e menos a dos interesses econômicos. Uma resolução interna, ou uma lei municipal, que defina o montante a ser atribuído pela Instituição às candidaturas, bem como regule o processo, para que elas façam suas campanhas em igualdade de condições, favorecerá a concentração no que interessa: as ideias, as propostas, os projetos para conduzir a Universidade. Tal disposição contribuiria para se evitar o desvio ao espetáculo publicitário. No final, cada candidatura prestaria conta do que gastou e, se for o caso, devolveria o que não foi utilizado. O excesso, por sua vez, não seria tolerado, sob pena de supressão.

Alguém poderia argumentar que tal medida oneraria a Furb, agravando as suas dificuldades financeiras. Então a Universidade não pode contribuir com trinta a quarenta mil reais, por um processo mais transparente na definição do seu próprio futuro? Restringe-se severamente a participação da cidadania regional, mas nada se estabelece sobre a entrada do poder econômico no processo. No futuro, poderemos estar sujeitos a autoridades que, para bancarem sua campanha, vejam-se atraídos por contribuições externas, por fundos de origem inconfessável, caindo em condição de vulnerabilidade, caso venham a ocupar posição de decisão. Por acaso, devemos amesquinhar a oração de São Francisco, com o execrável pragmatismo do "é dando que se recebe"?

Unidade na diversidade

Por **Nelson Garcia Santos**, *professor do Departamento de Ciências Sociais e Filosofia da Furb* <nelgarcia@furb.br>

Três momentos dividiram a escolha, pela comunidade da Furb, para reitor neste ano de 2010: primeiro e segundo turnos da consulta prévia e a eleição no Consuni.

No primeiro turno, disputaram três chapas: uma da situação, uma da oposição e uma meio oposição meio situação, tendo em vista a falta do posicionamento sobre a gestão Eduardo/Romero. A chapa da situação (Romero/Marcelo) não chegou ao segundo turno, obtendo apenas 25,7% dos votos, deixando explicita a rejeição por parte da comunidade com a atual reitoria, tendo, inclusive, pessoas de vários setores que disseram: "já ganhamos, independentemente de quem ganhar no segundo turno".

Durante o processo de consulta, a chapa 3 (Natel/Griseldes) se apresentou como oposição a gestão atual. Sua formação se deu pela unificação das três chapas de oposição que disputaram as eleições de 2006 visando à construção de uma proposta de unidade na diversidade. Diversidade, pois, aglutinou pessoas com visões conservadoras e progressistas (mais conservadora que progressista) e com o desafio de construir a unidade para tirar a Furb da crise em que chegou devido a fatores, como: modelo de financiamento falido, problemas de gestão, desmotivação por parte dos trabalhadores, Ação Civil Pública, etc.

No início do processo, membros da chapa 3 mantiveram conversas com membros da chapa 2, formada pelos professores Valmor e Ralf, e que tinha em seu entorno pessoas progressistas e conservadoras (mais progressistas que conservadores), para ampliar o bloco de oposição e constituir assim, um grupo amplo das oposições visando uma vitória no primeiro turno para então se gerir a Universidade como que numa gestão de coalizão, para que todos, conjuntamente, pudéssemos enfrentar os desafios e solucionar os problemas vividos pela Furb. Entretanto, tal unificação não foi possível, por fatores de ordem pessoal, político e ideológico.

Em relação às propostas destas chapas direcionadas ao ensino, pesquisa, extensão e gestão praticamente não havia diferença. Assim, em alguns momentos do processo, o diferenciador das chapas ficou nas posturas individuais dos candidatos, onde o carisma, a simpatia ou a capacidade do discurso balizaram as manifestações – por muitas vezes até histéricas – de pessoas que apoiavam este ou aquela candidato.

No segundo turno, a chapa 2 tentou diferenciar as chapas dizendo que na chapa 3 se encontrava o conservadorismo preconceituoso e na chapa 2 estavam os progressistas. Tal tentativa não obteve sucesso em levar esta chapa à vitória, assim como fracassou a tentativa do candidato Valmor de se apresentar nas salas de aula como o "reitor da federalização" e os resultados obtidos foram 52,13% dos votos para a chapa 3, enquanto a chapa 2 somou 46,14%.

Tal vitória resulta da unidade dentro da diversidade que se construiu no grupo da chapa 3, mantendo durante o processo coerência, trabalho e empenho, o que permitiu explicitar com mais precisão as propostas para o ensino, a pesquisa, a cultura, extensão e gestão. Além disso, muitos dos que estão nos cargos da atual gestão manifestaram seu voto à chapa 2, o que fez com que mais técnicos e professores votassem na chapa 3, devido à grande rejeição a atual administração.

O processo se encerra com a eleição no Consuni. A princípio, ela deveria acontecer através do voto secreto e em dois turnos. Porém, diante das atitudes éticas dos candidatos derrotados, que retiraram suas candidaturas, o Conselho, pelo voto aberto, referendou o resultado da consulta prévia.

Assim, a universidade viveu, ao longo desta eleição, um processo em que, no início, se discutia a perda das eleições diretas, a equiparação dos votos entre técnicos administrativos e professores e alguns casuísmos criados na legislação eleitoral, entre eles o que permitia a substituição do candidato a vice-reitor até momentos antes das eleições no Consuni. Porém, ao chegar no seu final, graças a competência dos candidatos, das pessoas que participaram e com o bom senso dos conselheiros do Consuni, atingiu-se os objetivos: debateu-se a crise da Furb, propostas foram apresentadas para o seu futuro e se elegeu os próximos dirigentes escolhidos pela consulta prévia.

Agora, é fundamental a participação dos que, efetivamente, se preocupam com a Furb. Seja como gestor com ações pautadas na transparência, na democracia, na humanização e nas competências, seja como agente crítico que contribui na constatação de problemas e na sugestão de soluções, visando o fortalecimento de uma universidade melhor, com mais ensino, mais pesquisa, mais cultura, mais extensão e mais pública.

Assistentes sociais garantem 30 horas semanais **sem redução salarial**

Por **Adriana De Carli Deggerone e Samara Milene Tschoeke**, *assistentes Sociais da Coordenadoria de Apoio ao Estudante da Furb*

O Projeto de Lei de redução da carga horária de trabalho dos/das assistentes sociais foi apresentado na Câmara dos Deputados em agosto de 2007 e recebeu parecer favorável em todas as comissões. No Senado foi aprovado por unanimidade e imediatamente após ser sancionado pelo Presidente da República, foi publicado no Diário Oficial de 27 de agosto de 2010.

A nova jornada de trabalho sem redução salarial constitui uma grande vitória para os/as assistentes sociais. Expressa a busca de condições mais dignas de trabalho e de saúde para estes profissionais e é um importante marco na luta pelo mesmo direito para todas as demais categorias. A redução da jornada semanal de trabalho vem sendo discutida tanto no âmbito dos sindicatos e das organizações profissionais quanto no Congresso Nacional, sob diferentes enfoques:

- Criação de novos postos de trabalho e inclusão social e produtiva de jovens e desempregados;
- Dignidade e humanização das relações de trabalho;
- Melhoria na qualidade de vida por proporcionar mais tempo para a família, lazer, estudo, formação e qualificação profissional;
- Mais motivação do trabalhador para o desenvolvimento de suas funções.

Com a aprovação da Lei, os/as assistentes sociais se equiparam a outras seis profissões da área da saúde que já haviam conquistado legalmente a jornada semanal de 30 horas ou menos. Tramitam atualmente no Congresso Nacional os projetos de lei para redução da jornada de trabalho de outras sete profissões.

No Brasil, segundo dados do Conselho Federal de Assistentes Sociais, 60 mil profissionais (78% destes se encontram na esfera pública) devem ser beneficiados com a redução da carga horária de trabalho. Em diversas instituições públicas de Santa Catarina assistentes sociais cumpriam carga horária menor que 40 horas antes mesmo da lei ser publicada, como por exemplo no Poder Judiciário. Em Blumenau, os/as assistentes sociais da Prefeitura Municipal tiveram estabelecida a redução das horas semanais de trabalho há mais de 10 anos.

O entendimento dos legisladores é de que a profissão é uma das que apresenta um dos maiores índices de estresse, por tais profissionais realizarem atividades que provocam fadiga mental e desgaste físico ou psicológico e conviverem diariamente com situações extremas

O entendimento dos legisladores é de que a profissão é uma das que apresenta um dos maiores índices de estresse, por tais profissionais realizarem atividades que provocam fadiga mental e desgaste físico ou psicológico e conviverem diariamente com situações extremas, conflitos, tristeza que em muitos casos se constituem o limiar entre e a vida e a morte. Ao defender a aprovação no Senado, a relatora enfatizou que "o assistente social, ao desenvolver sua atividade, depende do apoio do Estado, da iniciativa privada e de órgãos não-governamentais que forneçam as condições, os meios e os recursos para que todos os cidadãos tenham acesso aos seus serviços. Ele não trabalha de forma autônoma e necessita de toda uma estrutura articulada, o que o faz sentir-se, por vezes, impotente para trabalhar".

Aprovada sob nº 12.317/2010 a Lei cuidou de estabelecer em três artigos apenas, de forma direta e incisiva, o limite da carga horária, a garantia da manutenção do salário para quem foi contatado antes da vigência da mesma e sua aplicação imediata da mesma.

Art. 1º "A duração do trabalho do Assistente Social é de 30 (trinta) horas semanais."

Art. 2º "Aos profissionais com contrato de trabalho em vigor na data de publicação desta Lei é garantida a adequação da jornada de trabalho, vedada a redução do salário."

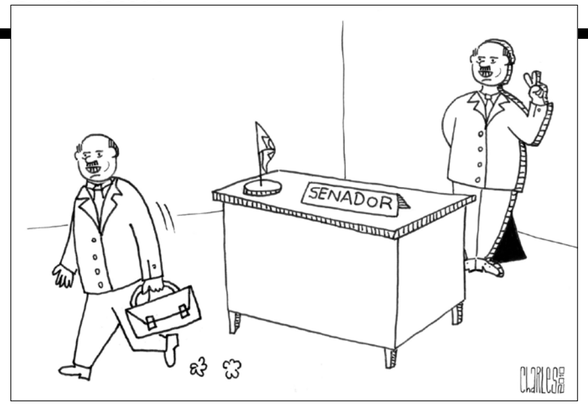
Art. 3º "Esta lei entra em vigor na data de sua publicação."

Com objetivo de dar amplo conhecimento e aplicação à Lei, o Conselho Federal de Serviço Social elaborou e distribuiu material de divulgação por todo o país e os Conselhos Regionais estão orientando, acompanhando e fiscalizando a implementação da mesma.

A Reitoria da Furb recebeu o requerimento administrativo para aplicação do disposto na referida lei, protocolado em 16 de setembro pela procuradoria jurídica do Sinsepes, em representação às sete assistentes sociais do quadro de servidores da Universidade.

diversas

Charles Steuck



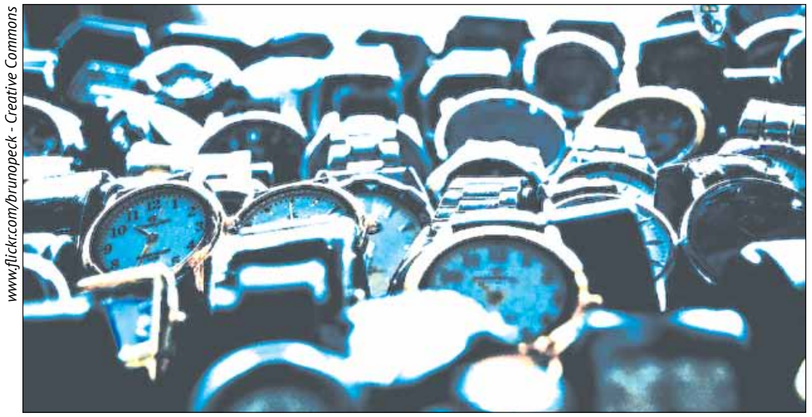
Feira de Economia Solidária do Mercosul

Nos dias 9, 10 e 11 de julho foi realizada na cidade gaúcha de Santa Maria a 6ª Feira de Economia Solidária do Mercosul e a 17ª Feira Estadual do Cooperativismo. O evento teve a participação de 27 estados brasileiros e de 11 países da América Latina, Europa e África, trazendo um público aproximado de 140 mil pessoas. Com o apoio da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, da Secretaria de Desenvolvimento de Blumenau e do Sinsepes, tornou-se possível a participação de empreendimentos pertencentes à Rede de Economia Solidária do Vale do Itajaí (RESVI) no evento que, além da comercialização de produtos da Economia Solidária, contou também com oficinas e seminários relacionados a esta economia diferenciada.

Grito dos Excluídos

No último dia 7 de setembro ocorreu mais uma edição do Grito dos Excluídos. Nele, movimentos sociais e dos setores populares reivindicam seus direitos e denunciam situações de abandono por parte do poder público ou não atendimento perante a sociedade. Esta edição, que novamente antecedeu o desfile cívico, foi uma das mais participativas dos últimos anos, com presença de grande número de movimentos e participantes.

O Sinsepes integrou novamente a pauta educacional junto ao Comitê Pró-Federalização da Furb, cuja participação foi muito bem recebida e aplaudida pela comunidade. Foram distribuídos cerca de 1 mil exemplares do *Expressão Universitária* de setembro *(Foto: Magali Moser)*



www.flickr.com/brunopeck - Creative Commons

Redução legal da jornada de trabalho no Brasil: *justificativas econômicas e debate político*

> *Partimos do pressuposto de que a força de trabalho seja comprada e vendida pelo seu valor. Seu valor, como o de qualquer outra mercadoria, é determinado pelo tempo de trabalho necessário à sua produção. Se, portanto, a produção dos meios de subsistência médio diários do trabalhador exige 6 horas, então ele precisa trabalhar 6 horas por dia para produzir diariamente sua força de trabalho ou para reproduzir o valor recebido por sua venda. A parte necessária de sua jornada de trabalho compreende então 6 horas e é, portanto, mantendo-se inalteradas as demais circunstâncias, uma grandeza dada. Mas com isso não é dada a grandeza da própria jornada de trabalho*
>
> **Karl Marx**

POR **MAIRON EDEGAR BRANDES,** *economista e mestrando em Desenvolvimento Regional pela FURB* <maironedegar@hotmail.com>

A jornada de trabalho é formada pelo tempo de trabalho necessário, acrescido do que Marx chama de mais-trabalho. Mantendo constante o tempo de trabalho necessário e estendendo a jornada de trabalho tem-se o que chama de mais-valia absoluta. Limitada a jornada de trabalho, se limita a mais valia absoluta, embora não a relativa, que é caracterizada pela redução do tempo de trabalho necessário mediante o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho, como por exemplo a habilidade dos trabalhadores, o nível de desenvolvimento da ciência e sua aplicabilidade tecnológica, as técnicas do processo de produção, etc.

Breve histórico sobre a legislação

Prevalece no Brasil uma das maiores jornadas de trabalho efetivo do mundo. Desde o início da industrialização no país, há registros de greves cujos trabalhadores reivindicavam, entre outras coisas, a redução da jornada de trabalho que chegava a 15 horas/dia em alguns casos e 12 horas/dia na maioria deles. Cabe destacar a greve geral de 1907 desencadeada pela paralisação dos trabalhadores do Moinho Matarazzo, em São Paulo, que reivindicavam reajuste salarial e estabelecimento de uma jornada diária de 12 horas, ou seja, tinham uma jornada de trabalho superior. Após repressão policial o movimento foi ampliado para outras categorias abrangendo outras cidades. A principal reivindicação foi o estabelecimento da jornada de trabalho de 8 horas diárias. Vitórias parciais foram conquistadas, em alguns casos trabalhadores passaram a ter jornadas de 10 horas/dia e mesmo 8 horas/dia.

Os movimentos operários daquela época levantaram todos os pontos fundamentais do que veio a ser a legislação do trabalho no país. Ainda em 1911 foi apresentado ao Congresso Nacional um projeto de lei que previa a fixação da jornada normal de trabalho em 8 horas diárias (nem sequer foi analisado pelos parlamentares).

A primeira regulamentação abrangente no domínio da jornada de trabalho no Brasil foi a experiência da Constituição de 1934 que instituiu a jornada diária de 8 horas e 48 horas semanais, mas criou uma forma de estender a jornada através de horas extraordinárias, deixando ao livre arbítrio do setor patronal.

Em 1943, com implantação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), não houve inovação significativa quanto à duração da jornada de trabalho. A CLT admite a realização de horas extras limitadas ao máximo de duas horas diárias, porém prevê também uma série de categorias de trabalhadores urbanos que não estão obrigados a obedecer ao limite máximo de 8 horas diárias e 48 horas semanais, e também exclui dessa forma os trabalhadores das atividades agrícolas, extrativas minerais e vegetais. Uma revisão deste limite do tempo de trabalho normal só viria ser realizada em 1988, com a redução da jornada legal para 44 horas semanais.

Relação capital-trabalho, conjuntura

Os conflitos de classe aqui apresentados nos movimentos de redução/expansão da jornada de trabalho abrigam também uma relação com os fundamentos macroeconômicos (a conjuntura de cada época), microeconômicos (que considera o trabalho um fator de produção, cujos resultados devem ser maximizados) e a dimensão político-social (que leva em conta o caráter humano do processo de trabalho).

Considerados os períodos de decisão e revisão sobre a regulação da legislação trabalhista no país (1934 e 1988) há uma mudança fundamental na política econômica da maioria dos países, do keynesianismo para o neoliberalismo, de maior regulação do Estado para maior autonomia do mercado (relações de trabalho mais flexíveis, terceirizações, etc.).

Inegável que, no período, as inovações tecnológicas aplicadas à produção e os novos modelos de organização do processo produtivo, entre outros elementos, permitiram a redução do tempo de trabalho necessário do trabalhador, ao mesmo tempo em que a abertura econômica e a globalização expuseram as unidades produtivas à competição global.

Mesmo assim, os ganhos de produtividade no período não se reverteram em benefícios proporcionais aos trabalhadores (participação nos resultados, aumento no salário real, redução da jornada de trabalho, diminuição do desemprego, entre outros), pelo contrário, o Brasil continua com uma das maiores jornadas de trabalho e com o desemprego ainda elevado.

Justificativas para a redução legal da jornada de trabalho

Diante desse cenário, o debate em torno da redução legal da jornada de trabalho ganha força nos movimentos operários contemporâneos. Está apresentado abaixo um resumo das justificativas para a redução, apresentadas em documento elaborado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE, em fevereiro de 2010:

- O custo com salários no Brasil é muito baixo quando comparado com outros países, segundo informações do Departamento de Trabalho Americano. Assim, a redução da jornada de trabalho não traria prejuízos à competitividade das empresas brasileiras
- O peso dos salários no custo total de produção no Brasil é baixo, em torno de 22% de acordo com a Confederação Nacional da Indústria – CNI. Uma redução de 9,09% na jornada (de 44 para 40 horas) representaria um aumento no custo total da produção de apenas 1,99%
- Como o salário médio real, nos últimos anos, não apresentou significativa expansão, o expressivo crescimento da produtividade do trabalho poderia ser transformado na redução da jornada legal de trabalho no Brasil.
- Os empresários defendem a tese de que os encargos sociais no Brasil representam 102% do salário dos trabalhadores. Eles calculam errado, incluindo itens que correspondem à remuneração do trabalhador e não encargos (férias, 13º salário, descanso semanal remunerado, FGTS). Encargos sociais formam a parcela do custo do trabalho que não vai para o bolso do trabalhador e representam 25,1% da remuneração total do trabalhador
- Considerando os expressivos ganhos de produtividade, tal impacto é muito possível de ser absorvido pelo setor produtivo. O aumento da produtividade do trabalho entre os anos de 1988 e 2008 está em torno de 84%, segundo dados do IBGE (indústria de transformação)
- A redução da jornada de trabalho sem redução de salários contribuiria para a melhora da distribuição de renda no país, pois os trabalhadores poderiam se apropriar dos ganhos de produtividade.
- A proposta de redução da jornada das atuais 44 para 40 horas semanais tem potencial para gerar mais de 2,5 milhões de postos de trabalho
- A jornada de trabalho no Brasil está cada vez mais flexível (jornada em tempo parcial, banco de horas e trabalho aos domingos)
- A duração da jornada efetivamente trabalhada no Brasil é uma das maiores do mundo. Somase a isso a falta de limitação semanal, mensal ou anual para a realização de horas extras. É necessário combinar a redução da jornada com mecanismos que coíbam e limitem a utilização das horas extras
- Além de extenso e flexível, o tempo de trabalho no Brasil vem sendo intensificado, através das inovações técnico-organizacionais implantadas pelas empresas (polivalência, concorrência entre grupos de trabalho, metas de produção e redução de pausas)
- Num contexto de crescente demanda do setor produtivo para que os trabalhadores se qualifiquem, a redução da jornada de trabalho, sem redução de salários, em muito contribui para este desafio na medida em que liberaria mais horas para que o trabalhador tenha melhores condições de se qualificar
- A redução da jornada de trabalho também possibilitaria aos trabalhadores dedicar mais tempo para o convívio familiar, o estudo, o lazer e o descanso, melhorando a qualidade de vida deles
- A combinação de todos esses fatores desencadeados pela redução da jornada de trabalho, sem redução de salários, provocaria a geração de um círculo virtuoso na economia (ampliação do emprego, aumento do consumo interno, elevação dos níveis da produtividade do trabalho, melhoria da competitividade do setor produtivo, redução dos acidentes e doenças do trabalho, maior qualificação do trabalhador, elevação da arrecadação tributária, enfim um maior crescimento econômico com melhora da distribuição de renda)

Dadas as justificativas econômicas para a redução legal da jornada de trabalho, a decisão é política. Para iniciar o texto e finalizá-lo com Marx: "Trabalhadores uni-vos!"

Referências

DIEESE. Redução da jornada de trabalho para 40 horas já! Nota à imprensa, fev/2010. Disponível em: http://www.dieese.org.br/esp/jtrab.xml

SILVA, I. F.; PRONI, M. W.; TERRAZAS, M.; POCHMANN, M.. A jornada de trabalho no Brasil: o debate e as propostas. Disponível em: http://www.dieese.org.br/esp/jtrab_4.xml

MARX, K. O capital: crítica da economia política. Apresentação de Jacob Gorender; coordenação e revisão de Paul Singer; tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 2ª Ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985-1986.

Nova diretoria do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Carnes e Derivados superou ameaças e perseguições para agora melhorar as condições de trabalho de cerca de 6 mil pessoas na região de Chapecó

Oposição vence no Oeste **após 22 anos**

por **Magali Moser**, *jornalista do Sindicato dos Bancários de Blumenau e Região (SEB) e do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis de Blumenau, Gaspar e Indaial (Sintrafite)* <magali.moser@gmail.com>

Eleição da chapa 2 do Sitracarnes recebeu apoio e mobilização de entidades sindicais e populares de todo o Brasil *(Foto: Magali Moser)*

Resultado

Chapa 1
216 votos
(30,5%)

Chapa 2
489 votos
(69,5%)

Brancos
17 votos

Nulos
3 votos

O vazamento de amônia, substância usada para manter os produtos congelados, na câmara fria, deixou Hildo Corazza preocupado naquela noite de dezembro de 2008. Como integrante da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (Cipa) da Sadia, ele sabia que precisava agir rápido para impedir uma tragédia. Corazza enfrentou a resistência dos coordenadores e orientou a saída dos funcionários do setor, alguns já intoxicados pelo cheiro forte que causava náuseas e ânsias de vômito. Ajudou no encaminhamento de trabalhadores para o hospital e conduziu gestantes para a área externa da empresa, às pressas. A atitude foi reprovada pelos supervisores, que insistiram para manter a produção, alegando que o vazamento não representava riscos à saúde. O episódio vivido por ele foi relembrado em seu discurso durante a comemoração da vitória da chapa 2 no Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Carnes e Derivados (Sitracarnes), dia 1º de setembro, em Chapecó.

Corazza faz parte da legião de trabalhadores que colecionam histórias de desrespeito. A vitória da chapa dos trabalhadores, que obteve na justiça o direito de promover a eleição, depois de 22 anos, não significa para eles apenas a vitória de uma eleição, mas a possibilidade de mudar as condições dos 6 mil trabalhadores do setor na cidade – a maioria jovens, ex-agricultores, que levam até três horas para chegar até a fábrica.

Aos 38 anos, Hildo saiu da empresa. Depois de ser demitido, tornou-se professor.

"Foi o momento mais marcante nos dois anos que permaneci na empresa. O vazamento ocorreu perto da meia-noite e ficamos até às 6h levando pessoas para o pronto-socorro.No dia seguinte, o supervisor me chamou e fui afastado por falta grave. Foi desumano", relembra Hildo.

> **"As ameaças aconteceram. Por isso, hoje para nós, essa vitória tem um sabor especial"**
> **Jenir Ponciano de Paula,**
> novo presidente do Sitracarnes

Duas chapas concorreram à eleição: a chapa 1, da situação, e a chapa 2, de oposição sindical. A vitória da chapa 2 foi fruto de um trabalho iniciado há pelo menos três anos, na cidade. No começo, a articulação precisou ser feita de forma tímida e clandestina, com a intenção de impedir perseguições e ameaças por parte da empresa, como lembra o novo presidente do Sitracarnes, Jenir Ponciano de Paula.

"Mas, mesmo assim, as ameaças aconteceram. Por isso, hoje para nós, essa vitória tem um sabor especial", comemorou.

O salário médio de um trabalhador do setor é de R$ 650. Pelo menos 1,2 mil funcionários estão lesionados por Ler/Dort, afastados do trabalho. Na eleição do Sitracarnes, houve tensão durante todo o dia. Cerca de 30 policiais acompanharam o pleito, no sindicato. Por ordem policial, cada grupo precisou ficar a 50 metros de distância, afastado por uma fita de isolamento. A tensão só terminou por volta das 23h, quando saiu o resultado, confirmando a vitória da chapa 2.

A eleição foi possível graças à mobilização e apoio de entidades sindicais e populares de todo o país que desafiaram ameaças e resistências e garantiram o monitoramento do caso por parte do Ministério Público do Trabalho. Aos poucos, o movimento ganhou força e adesão de sindicatos de diferentes segmentos espalhados pelo país. A união das forças políticas é fundamental, sobretudo agora, após a vitória nas urnas. Somente através desta mobilização será possível um sindicato realmente comprometido com os interesses do trabalhador e capaz de melhorar as condições de trabalho e de salário dos empregados. A posse da nova diretoria será dia 24 de outubro.

O salário médio de um trabalhador do setor é de R$ 650. Pelo menos 1,2 mil funcionários estão lesionados por Ler/Dort, afastados do trabalho

Golpe no Sinvac continua

Eleição do sindicato que representa os vigilantes segue suspensa até decisão da Justiça

Por **Tulio Vidor**, *presidente do Sinsepe*

A situação a que foi levado o processo eleitoral para escolha da diretoria do Sinvac é cada vez mais preocupante para o movimento sindical de Blumenau. O que parecia ser uma tentativa de golpe articulado por um grupo mal intencionado, com interesses particulares, sem compromisso com os trabalhadores e com apoio dos patrões, converteu-se na temporária suspensão das eleições. A morosidade da tomada da decisão definitiva, na tramitação judicial, faz com que os trabalhadores não possam manifestar-se nas urnas sobre o destino da entidade que os representa. Além disso, cria a ilusão de que as eleições não estivessem sob processo bem conduzido pela comissão eleitoral e regulamentado pelo Estatuto do sindicato e pelo Edital.

O Fórum dos Trabalhadores de Blumenau, formado por mais de uma dezena de sindicatos de trabalhadores, acompanha os acontecimentos com muita preocupação. O princípio democrático é fundamental e seu cumprimento depende da participação efetiva dos trabalhadores na escolha dos dirigentes, bem como do cumprimento integral das previsões estatutárias e de edital, em processo conduzido por comissão eleitoral isenta. Este foi o encaminhamento dado pela comissão, formada por um advogado, um membro da federação dos vigilantes e um presidente de sindicato externo. As acusações levantadas sobre o encaminhamento são completamente infundadas e o cumprimento de todas as regras do processo testemunhado pelo Fórum dos Trabalhadores.

Entenda o caso

Integrantes de um grupo que se intitula "Esquadra Sindical" alegou desconhecimento do edital da eleição, acusando a diretoria do Sinvac de não tê-lo divulgado em jornal de grande circulação. Assim, foi ao judiciário afim de pleitear a inscrição da chapa fora do prazo previsto. Através de liminar, suspendeu-se a eleição, de forma temporária, até análise dos argumentos das partes e decisão definitiva do judiciário. Como processo jurídico, compreensível, porém a decisão se arrasta por prazo absolutamente descabido (assunto já foi abordado no *Expressão Universitária* em, agosto), principalmente frente à clareza dos fatos e das alegações. Primeiro, quanto ao procedimento, no qual os integrantes da "Esquadra Sindical" acusam a diretoria do Sinvac, desqualificando a comissão eleitoral que organiza o processo e faltando com a verdade. Segundo, ingressando na justiça em vara na qual não cabe o julgamento dessas ações, tendo que reapresentar o processo na justiça do trabalho. Quanto ao conteúdo, a acusação foi de falha na divulgação, o que teria impedido o conhecimento por parte dos integrantes da "Esquadra".

A comissão eleitoral divulgou as eleições e regulamento em todos os meios e prazos previstos no Estatuto. Foi publicado no jornal *A Notícia*, retificado e publicado também no *Diário Catarinense*, jornal de maior tiragem e circulação estadual. Além disso, foi disponibilizado na sede do sindicato durante todo o período de inscrição das chapas. Além do argumento apresentado pela "Esquadra" ser, portanto, altamente questionável, vem acompanhado de má fé. Nos documentos apresentados ao judiciário, estão transcritos trechos do Edital, datados de tempo hábil para inscrição da chapa, o que comprova que os membros da "Esquadra" tiveram conhecimento do conteúdo, contrariando sua própria alegação. Além disso, no pedido de inscrição extemporânea, propõe uma nominata que descumpre o próprio edital cujo conteúdo é transcrito.

A concessão de liminar pelo judiciário é um procedimento corriqueiro, até que sejam ouvidos os envolvidos e analisados os argumentos e documentos apresentados. Serve para que não haja prejuízo prévio da parte requerente. No entanto pede decisão rápida, de modo a evitar benefício à parte cujo direito não procede. Mediante as alegações, não há explicação para a demora na tomada de decisão, criando constrangimento e desconfiança sobre um processo marcado pela lisura, cumprimento da regulamentação e respeito à categoria.

Por trás do golpe

A demora no trâmite do processo na justiça é um dos motivos de preocupação no meio sindical. A Justiça é muitas vezes a salvaguarda da garantia da Constituição e dos direitos trabalhistas que defendemos, não podendo ver-se zombada e a seus operadores em casos tão claros. Não pode-se admitir que os processos de eleição dos sindicatos ponham-se em suspenso por alegações tão frágeis e com interesses particulares e não coletivos. A única chapa inscrita em conformidade com o edital, representa grande parte da atual diretoria do Sinvac, cujo trabalho realizado é inquestionável na recuperação financeira da entidade, conquista de direitos e principalmente a efetiva representação e reconhecimento dos trabalhadores que representam. Isso não impede que quaisquer trabalhadores participem do pleito e apresentem propostas alternativas. Assim é a democracia e aos trabalhadores cabe a decisão sobre os rumos de seu sindicato. O que não se pode admitir, e que constitui outra grande preocupação no meio sindical, é que grupos busquem representar os trabalhadores pautando-se em mentiras para enganá-los, no descumprimento do Estatuto da própria entidade e na representação de interesses e práticas patronais e partidárias. Integrantes da "Esquadra" estão envolvidos em negociações de "aluguel" da mão-de-obra de trabalhadores de forma subvalorizada, sem garantia de direitos e travestidos de prestação de serviço terceirizado, ou seja, atuam como patrões! Diversos indícios os atrelam a conhecidos representantes politico-partidários, na condição de "laranjas", em procedimentos que ludibriam os trabalhadores, cobrando deles valores por supostas cota-parte em cooperativa de vigilância, sem esclarecer que isso os desprotege quanto a direitos conquistados pelo sindicato.

A democracia precisa ser defendida, bem como a opção de escolha dos trabalhadores. Porém, ela inclui o cumprimento e respeito ao Estatuto Social da entidade, seus regulamentos eleitorais e à categoria que representa. Não pode-se permitir o descumprimento das regras mínimas, o impedimento da votação dos trabalhadores e este verdadeiro ataque à sua representação efetiva, ao trabalho de base e à seriedade na gestão sindical. Os casos devem ser julgados segundo os direitos de todos os cidadãos, mas jamais concedendo privilégios (ainda que não expressamente ou pela omissão) a quem não demonstra capacidade de organização e representatividade, sequer para cumprir os prazos do processo eleitoral, apresentam-se como "sem-vergonhas" amparando suas reivindicações em mentiras e comportam-se como capachos das práticas patronais.

Bancários de Blumenau em greve

Bancários de Blumenau e região permanecem em greve, integrando o movimento, que é nacional, por reposição salarial, pagamento justo de participação nos lucros, melhores condições de trabalho, redução de metas e contra a cobrança de taxas abusivas. A paralisação é realizada nas agências bancárias, que permanecem fechadas, tendo a população acesso a caixas eletrônicos externos (em supermercados, por exemplo) e às casas lotéricas e cooperativas de crédito.

O Sinsepes e o Fórum dos Trabalhadores de Blumenau apóiam o sindicato e os trabalhadores bancários na sua justa reivindicação e desejam uma rápida resolução e restabelecimento dos serviços normais. Para isso, basta que os patrões que mais acumulam lucros e riqueza no país repassem aos trabalhadores o que lhes é de direito.

Infância **ameaçada**

Por **Roberta Nardi**, *cientista social e pesquisadora do Projeto Criança e Consumo, do Instituto Alana* <www.alana.org.br>

"Olha que bonitinho, ele canta igualzinho ao comercial!". Quem nunca se viu diante de uma situação como essa? Seja ouvindo a mãe-coruja que se orgulha de cada feito do filho, aquela avó que insiste em mimar o netinho ou simplesmente viu-se admirado na rua, no supermercado e até mesmo na farmácia observando uma criança que descreve com riqueza de detalhes todas as funcionalidades e benefícios de determinado produto ou serviço ao adulto que a acompanha. E não tardiamente, seguindo o ritmo do espetáculo vem a já esperada súplica: "Compra um pra mim?".

O que deveria ser uma preocupação, de tão corriqueira transforma-se numa resposta automática, satisfazendo o desejo do pequeno, ou então numa negativa seguida de uma justificativa qualquer, sem reflexão a respeito. Vale, então, a pergunta: quando nos tornamos consumistas? Ou, pior, quando permitimos que as crianças se tornassem consumistas?

Ninguém nasce consumista. O consumismo é um dos problemas atuais mais graves, com conseqüências incalculáveis e que faz com que os indivíduos vivam diante do constante sentimento de incompletude e sob (falsa) promessa de satisfação e felicidade plena a partir da aquisição de novos bens. Como trabalhou muito bem o filósofo francês Gilles Lipovetsky (2007) em sua obra "A felicidade paradoxal". O consumismo é o motor que movimenta as sociedades de consumo de massa, o círculo vicioso que acomoda os indivíduos na não-necessidade de reflexão sobre seus atos. A televisão brasileira, cuja audiência é uma das maiores do mundo, é a principal herdeira dos tempos de glória do rádio no país, o que justificaria seu caráter predominante de promotora de vendas. Mas e as crianças, que passam quase cinco horas por dia diante das telinhas (segundo o Painel Nacional de Televisão Ibope (2008), 4h54min é o tempo médio que a criança brasileira assiste TV), como são atingidas por essa nova dinâmica social em que existe uma educação informal vinda das mídias?

Ninguém nasce consumista. O consumismo é um dos problemas atuais mais graves, com conseqüências incalculáveis e que faz com que os indivíduos vivam diante do constante sentimento de incompletude e sob (falsa) promessa de satisfação e felicidade plena a partir da aquisição de novos bens

As crianças, antes mesmo de se compreenderem como cidadãs, já são fortemente impactadas pelos apelos da publicidade, que as insere cada vez mais cedo no universo do consumo e das preocupações e inseguranças características da vida adulta. Assim acabam também sendo inseridas precocemente a temas que remetem à vaidade e erotização, sofrem com depressão e passam a apresentar problemas de saúde como hipertensão, diabetes e transtornos alimentares decorrentes da superexposição aos apelos midiáticos.

Valendo-se da deficiência de julgamento crítico dos pequenos, os anunciantes passaram a dialogar diretamente com a criança. Apresentando-lhes o biscoito que traz na embalagem sua boneca preferida, o salgadinho com brindes colecionáveis de seu desenho favorito, além da interminável variedade de produtos destinados a adultos que direcionam suas comunicações às crianças para vender carros, seguros de vida, cartões de crédito e até mesmo ração de cachorro. A descoberta da criança como "público-alvo" por empresas e agências de propaganda representou um grande boom no mercado de consumo, não apenas em seu segmento – o que já seria um impacto incalculável –, mas em tudo a que ela está direta ou indiretamente relacionada a "decisão" de compra. A pesquisa InterScience (2003) mostrou que a criança tem poder de influência em 80% das intenções de compra dentro de casa. O que justifica jingles marcantes, sons, cores e a série de atrativos a elas dirigidos que visam única e exclusivamente cativar e fidelizá-las desde muito cedo no universo de significações da marcas.

Diversos autores se dedicaram a estudar fenômenos recentes ligados ao consumo e às manifestações presentes na vida dos indivíduos. Zygmunt Bauman (2007), em sua obra "Vida para consumo" trabalhou sobre o aspecto da transformação das pessoas em mercadorias. Como se a vida dos indivíduos estivesse mercantilizada e passasse a ser determinada pela lógica dos objetos de consumo. Não estar atento às novidades e não acompanhar tendências do mercado seria equivalente a tornar-se uma mercadoria em desuso, obsoleta. Sinônimo de exclusão social.

A publicidade infantil apropria-se de anseios naturais presentes no desenvolvimento das crianças para vender-lhes produtos e, consequentemente, passar valores inapropriados para sua formação. Através da transformação dos pequenos em consumidores, promove o encurtamento da infância e o abandono do mundo criativo e imaginativo. A diminuição das brincadeiras e a presença cada vez mais constante do discurso da televisão são algumas das formas mais visíveis de aproximação da criança ao mundo adulto.

A televisão e todas as mídias eletrônicas passaram a ocupar na vida das crianças espaços desiguais, se comparados ao período que passam com pais e/ou interagindo com pares. Com rotinas cada vez mais sobrecarregadas, sobra aos pais pouco tempo para dialogar e interagir com os filhos, que são entregues aos cuidados da "babá eletrônica" que lhes apresenta o mundo totalmente possível e pronto para ser consumido, sem o menor esforço.

Em diversos países como Inglaterra, Canadá, Nova Zelândia, França, EUA, Alemanha a regulamentação da publicidade dirigida às crianças já é vigente. Outros países como Suécia e Noruega baniram totalmente de sua programação a publicidade dirigida a este público, ficando os anunciantes responsabilizados por dirigir os anúncios para os pais e após as 21 horas.

No Brasil, também circulam projetos de lei que visam regular este tipo de comunicação voltada às crianças. No entanto, por conta de grande pressão por parte de anunciantes e agências de propaganda os avanços neste campo ainda são pequenos perto dos impactos e do prejuízo que representam para a formação plena destes pequenos cidadãos.

A sociedade é sensível ao tema e reconhece a urgência por atitudes em defesa dos direitos das crianças. Conforme mostra o Manifesto Publicidade Infantil Não! (www.publicidadeinfantilnao.org.br), que conta com o apoio do Instituto Alana e de mais de 140 instituições e quase 11 mil pessoas a favor do fim da publicidade e comunicação mercadológica dirigida às crianças.

Cabe a todos nós honrar e proteger a criança da inserção antecipada ao mundo adulto. Garantir que tenham um planeta saudável e cultivem também hábitos positivos para seu desenvolvimento. Protegê-las dos abusos cometidos pela publicidade para que consigam, ao seu tempo, compreender a dinâmica do mundo ao seu redor e interagir da melhor forma possível para garantir o bem-estar e a segurança das novas crianças que às sucederão.

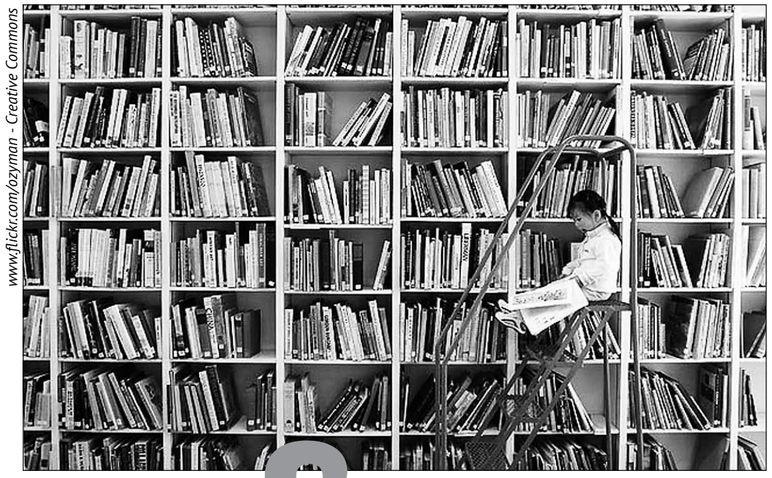
"A criança é o pai do homem"
(William Wordsworth)

Para saber mais sobre consumismo, assista os filmes:

- "1,99 - Um supermercado que vende palavras", de Marcelo Masagão

- "Criança: A alma do negócio", de Estela Renner

Foto: Leo Laps



www.flickr.com/ozyman - Creative Commons

Bibliófilos & Bibliogâmicos

por **Viegas Fernandes da Costa**, *editor do Sarau Eletrônico, da Biblioteca da Furb (www.bc.furb .br/saraueletronico)* <viegas@furb.br>

O desprendimento de Itálico Marcon

Enquanto Godot não chega, cai-me à mesa uma edição do caderno de Cultura do Zero Hora de 21 de novembro de 2009. Na capa, Itálico Marcon. Nunca tinha ouvido falar! Segundo Luiz Antônio Araujo, o autor da reportagem, Marcon é (ou era, haja visto os últimos eventos) o segundo maior bibliófilo do Brasil. Perde (perdia), apenas para Delfim Netto, este sim o maior juntador de livros brasileiro. Claro, falamos aqui dos maiores bibliófilos considerando o número de títulos que possuem sob sua guarda, e não a qualidade e raridade dos mesmos. Não importa! Marcon virou meu herói dado seu desprendimento! Sua biblioteca atulhava três apartamentos em Porto Alegre, livros adquiridos durante seus setenta anos de vida. Apartamentos que agora estão esvaziados de tanto papel e verbo. Itálico Marcon simplesmente resolveu doar 180 mil volumes da sua coleção para um projeto chamado "Banco de Livros", que tem o apoio de Luis Fernando Veríssimo. O objetivo do "Banco de Livros" é montar acervos em comunidades carentes.

Fico aqui pensando na dimensão do gesto. Todo bibliogâmico sabe dos ciúmes que um livro (ou toda uma biblioteca) pode provocar. Diria até que os livros nos chantageiam emocionalmente, atiçam-nos a libido, oferecem-se às nossas mãos, olhos, bocas, e depois nos põem escravos de si. Imploram cuidados, atenção permanente, frágeis e melindrosos que são. Mas sem tergiversações, dizia do gesto, da dimensão do gesto de Itálico Marcon.

"Não foi o primeiro a fazê-lo", Pode argumentar alguém. "Está aí José Mindlin, que doou sua rica biblioteca à USP". "É diferente", responderei. Ainda que também bastante admirável a atitude de Mindlin, há uma diferença substancial entre o gesto deste e o de Marcon. Mindlin doou sua biblioteca a uma única instituição universitária, e o fez cercado de exigências. Justo, claro. Bibliogâmico que era, queria ver seus livros bem preservados, tratados com o zelo de que nunca se viram privados. Além disso, Mindlin constituiu um monumento a sua memória na medida em que entregou uma coleção que preservará seu nome e ficará reunida em um único espaço. As gerações futuras saberão que aqueles livros foram reunidos por uma figura lendária, chamada José Mindlin, que dedicou boa parte da sua vida caçando pelo mundo livros únicos. Não neguemos, a imortalidade é boa paga ao desprendimento de Mindlin. Já no caso de Itálico Marcon, o desprendimento se dá em outro nível.

Ao doar os 180 mil volumes da sua biblioteca particular ao projeto "Banco de Livros", Marcon pulveriza sua coleção e dissolve a possibilidade de transformar seu gesto em ato monumental. Fica, claro, o registro da doação na imprensa e nas comendas que certamente receberá, porém o "lugar de memória" físico, acessível por corpos humanos não virtuais, este não existirá. É como o sujeito cujo cadáver sepultamos no mar. A lápide de uma sepultura é sempre a garantia de uma certa imortalidade, ainda que efêmera; de um certo estar no mundo, ainda que ausente. E é justamente esse sepultamento no mar, essa entrega de uma biblioteca, razão de ser de toda uma vida, para que se pulverize e chegue, de fato, às mãos de leitores anônimos e espalhados pela periferia portoalegrense, que torna a doação de Marcon tão significativa e magnânima.

Que sejam lidos, entretanto, os livros doados, e não se percam, nas obscuras prateleiras da burocracia ou em bibliotecas ora suntuosamente inauguradas e futuramente abandonadas e esquecidas, os livros mofados destinados à reciclagem. É isto o mínimo que podemos devolver a Marcon.

"No mundo dos livros" de José Mindlin

Nestes tempos em que se vaticina o fim do livro, é sempre bom ler o que um bibliófilo tem a nos dizer, principalmente se este foi um senhor absolutamente lúcido até o último dia de sua vida, e que constituiu uma das maiores e mais importantes bibliotecas particulares do Brasil. Trata-se de José Mindlin, advogado e empresário nascido em 1914 – mesmo ano em que uma Europa assustada via a ruína da Belle Époque e, sobre seus escombros, a ascensão da primeira guerra mundial – e morto em fevereiro de 2010. Mindlin foi também membro da Academia Brasileira de Letras e autor de "Uma vida entre livros" (1997), "Reinações de José Mindlin" (2008) e "No mundo dos livros" (2009), este último alvo de nosso comentário.

Em "No mundo dos livros", obra de poucas páginas e linguagem despretensiosa, Mindlin socializou suas experiências de leitura, principalmente sob o aspecto afetivo, procurando incentivar o hábito da leitura e o culto a seu representante mais simbólico: o livro. Na tentativa de se fazer o mais próximo possível do leitor, entretanto, José Mindlin pecou na estrutura narrativa, interrompendo sua exposição para lançar ao leitor perguntas do tipo "quem é que o levou aos livros?", ou "você já leu algum desses livros?", dando-nos a impressão de falar a um público adolescente. Suas sugestões, porém, de títulos como "A retirada de Laguna", de Alfredo Taunay, ou "O espírito das leis", de Montesquieu, inevitavelmente acabam por exigir leitores mais experientes e minimamente disciplinados. Há então esta narrativa pantanosa, uma espécie de desconforto quanto ao tipo de leitor que "No mundo dos livros " pretende alcançar.

Também em seu inventário de obras e autores que lhe marcaram a memória, Mindlin não correu riscos, limitando-se a sugerir uma bibliografia já canonizada. Assim, por exemplo, sugere poetas como Gonçalves Dias, Castro Alves, Olavo Bilac, Cecília Meireles, entre outros. Manoel de Barros e Adélia Prado são honrosas exceções. Cabe lembrar, porém, que a experiência de Mindlin a este pertence, e é dessa experiência que fala "No mundo dos livros".

Se há pecados, há também virtudes. Vale a pena conhecer um pouco mais da vida de bibliófilo de José Mindlin, como quando, já nas primeiras páginas, conta dos estratagemas de que lançava mão para conseguir comprar seus primeiros livros em sebos paulistanos, em 1927, aos 13 anos, e de como começou a qualificar suas aquisições, primeiramente procurando adquirir as obras completas do autor que apreciava, depois as primeiras edições e, por fim, as primeiras edições autografadas, transformando a sua biblioteca em algo único e precioso. Há nisso tudo verdadeira reverência não só ao objeto livro mas, fundamentalmente, à mão que o escreveu. Reverência exposta em trechos como este: "*comecei a procurar exemplares que tivessem passado mais diretamente pelas mãos dos escritores, com dedicatórias. Foi um novo mundo que se abriu para mim, uma espécie de contato direto com os autores e os leitores a quem os livros eram dedicados*".

Como dissemos lá em cima, nestes tempos em que tantos vaticinam o fim do livro, é sempre bom ler o que um bibliófilo tem a nos dizer. E a este nosso quase desamparo em meio ao universo de bits e bytes, consola-nos Mindlin ao dizer: "*o manuseio de um livro convencional não só estabelece o ritmo de aquisição de conhecimentos pelo autor, como chega a constituir um prazer físico*"; e ainda: "*o que aparece nas telas é necessariamente efêmero se não for transportado para o papel.*"

Palavras de um apaixonado, sem dúvida!

Rádios comunitárias são instrumentos de luta por uma soberania comunicacional que garanta a liberdade de expressão e a divulgação de ideias plurais

Mídia comunitária e a oligarquia da comunicação

Ouça na internet!
A Rádio Comunitária Adenilson Teles pode ser acessada agora pela página www.comunitariafortaleza.com.br ou direto no rádio, no 98,3FM

POR **Georgia Fontoura**, *estudante de Direito e apoiadora dos movimentos sociais e da Rádio Comunitária Fortaleza Adenilson Teles* <gecfontoura@gmail.com>

Rádio Comunitária Adenilson Teles, na Fortaleza, tem participação ativa dos cidadãos do bairro *(Foto: Georgia Fontoura)*

Após o acontecimento da tão famigerada Conferência Nacional de Comunicação - quando o governo federal pela primeira vez após a ditadura organizou uma discussão do setor comunicacional - e, em tempos em que no campo popular discute-se a democratização dos meios de comunicação, questiono qual seria o papel da comunicação na vida do povo. Creio que devemos reconhecer o direito à comunicação como um direito fundamental, tal qual a saúde e a educação, e assegurar que os veículos públicos de comunicação de massa exprimam as ideias, mensagens e fatos na totalidade em que eles acontecem, dando espaço a todos os indivíduos e grupos organizados para que coloquem em prática seu direito à liberdade de expressão. Desta forma, é possível pensar em democratização da imprensa, garantindo a universalidade da liberdade de expressão individual e coletiva no debate público, permitindo a circulação da diversidade e pluralidade de ideias existentes na sociedade.

Mas como pensar em democratização dos meios de comunicação em um país em que há concentração dos meios de comunicação na mão de nove famílias, e que estas tem outras tantas oligarquias locais que são ligadas ao poder econômico que detém poder na região - exemplo disto é a família Sarney no Maranhão? Estas mesmas famílias obtiveram maioria de representatividade dentro do espaço da Conferência Nacional de Comunicação, onde temas importantes para a comunicação popular do país foram discutidas. Há realmente possibilidade de haver controle social do povo sobre a comunicação? Poderá o povo desta forma definir como será a concessão da Rede Globo, por exemplo?

O que se discute é que um simples avanço no controle social do setor comunicacional não adiantaria, pois há limites nisto. Fazer órgãos consultivos, tais quais os conselhos comunitários, é estimular um embate desgastante por parte dos lutadores sociais da comunicação para obter avanços mínimos no que diz respeito à opinião popular versus mídia corporativa. É utópico pensar que nosso Estado, comandado hoje por políticos e ex-políticos a mando das grandes corporações e, todos estes envolvidos de alguma forma com a obtenção de mídias de massa e/ou a liberação de concessão pública sem a devida consulta popular, vão efetivamente andar de acordo com a vontade do povo vinda através de conselhos populares que debateriam as barbaridades que acontecem hoje na mídia de massa. Isso não é uma contrariedade à iniciativa do processo de "democratização dos meios de comunicação" ou da própria Conferência, a abertura destes espaços de discussão são importantes, só que não podemos esquecer que sua atuação é limitada. É necessário visionar um patamar para além disto. Alguns debatedores do campo da comunicação popular já discutem hoje a "soberania comunicacional", em que é necessário um envolvimento mais radical, com controle total do povo, e um embate direto com as grandes mídias e conseqüentemente contra o Estado.

A forma mais próxima de soberania comunicacional que temos hoje no país são as rádios comunitárias. Em seu texto legal trazem como finalidade e princípios a ampla difusão de ideias, a integração da comunidade em suas atividades, a exclusão de qualquer forma de preconceito, a acessibilidade da comunidade para que possa exercer o direito à liberdade de expressão e, claro, o controle da comunidade local sobre o serviço exercido pela rádio, num espaço aonde debatem de forma plural e plenamente democrática a programação com vista ao atendimento do interesse da comunidade e ao cumprimento dos princípios da radiodifusão comunitária. Este é um exemplo claro da perseguição que sofrem hoje os espaços de comunicação popular e que minimamente tem controle popular. Pois, apesar de legalizadas, as rádios comunitárias sofrem diversas formas de repressão e retaliação pelos poderosos da comunicação, prova disso são as campanhas contra este serviço público. São inúmeras as notícias de repressões e fechamento das rádios comunitárias, e analisando mais de perto, vê-se que estas são líderes de audiência no espaço aonde atuam, pois trazem realmente o que o povo quer ouvir, é ele quem decide o que se noticia e se escuta neste espaço. E estas rádios lutam diariamente por sua sobrevivência, pois não recebem nenhuma forma de incentivo estatal, além de serem ferozmente limitadas em seu texto legal, quanto à sua abrangência, e terem de cumprir diversos requisitos legais para seu funcionamento.

Concluindo, não adianta pensarmos em controle social, ou soberania comunicacional sem que efetivamente haja a construção de espaços que debatam isso. E antes mesmo disso, que o povo se questione se "crê no que lê, vê e ouve", e construa uma visão crítica da comunicação hoje do país. E que esta não fique apenas no discurso dos tais "democráticos", estes que ficam trancados dentro das mesmas salas em que acontecem. Sinceramente, hoje não há como pensarmos em um efetivo controle popular da comunicação sem pensarmos em um novo projeto popular para o nosso país.